

O horror econômico¹

Samira El Saifi²

As transformações que estão ocorrendo na economia mundial e suas conseqüências são tratadas de forma inovadora por Forrester num livro bastante provocativo e que pretende alertar sobre a seriedade da situação na qual vivemos. Seu livro obteve muita repercussão na França – foi *best seller* neste país em 1996 –, sendo considerado pela imprensa brasileira³ como tendo tido participação na vitória da esquerda nas últimas eleições parlamentares francesas.

A autora faz uma exposição articulada na qual pretende mostrar toda a complexa e delicada situação gerada pelo desemprego, bem como tenta provar que estamos vivendo em meio a um “engodo magistral”.

• O engodo

O engodo ao qual se refere a autora consiste na difusão da ideologia de que o desemprego atual é um fenômeno passageiro e de que conseguir ou não um emprego se trata de uma questão de mérito, quando, na verdade, segundo ela quer mostrar, o mundo econômico não vive mais em função do trabalho. Assim, o termo “desemprego” está privado do seu verdadeiro sentido e está recobrando o fenômeno do desaparecimento definitivo do trabalho na forma de emprego. Não é mais o caso de uma simples crise, mas sim de uma nova era da civilização, de um novo quadro com novos elementos, no qual o trabalho dos trabalhadores e, portanto, estes estão se tornando cada vez mais supérfluos e desnecessários para o funcionamento da economia. De acordo com dados extraídos da *International Labor Organization*, em 1994 cerca de 30% da força de trabalho mundial – 820 milhões de pessoas – estavam desempregadas (pelo menos 120 milhões) ou subempregadas (por volta de 700 milhões), lembrando-se que ser subempregado significa, na maioria das vezes, não ter condições suficientes para garantir um patamar minimamente decente de vida.⁴

Entretanto, ao se insistir na manutenção de uma sociedade organizada em torno do trabalho e não na sua ausência, sacrificam-se milhões de pessoas, cada uma delas condenadas a procurar um trabalho que não existe. A exclusão passou a ser uma norma contemporânea e os excluídos “os produtos mais naturais desta sociedade” (p.11).

1 Forrester, V. *O horror econômico*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

2 Mestranda em Ciência Política – UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

3 Artigos publicados nos jornais *Folha de São Paulo* (Carlos Heitor Cony e Marilena Felinto, jun. 1997) e *Gazeta Mercantil* (José Onofre, 13 jun. 1997) fazem tal alusão.

4 Dado extraído do periódico *Economic and Industrial Democracy*, v. 18, n.1, Feb. 1997.

A autora tenta alertar para o significado do atual quadro de desemprego e proliferação de ocupações que considera indignas. Busca dar um panorama de como as pessoas são colocadas numa situação angustiante, de como são forçadas – ou impulsionadas – por sentimentos de vergonha, culpa e inutilidade social a procurarem obstinadamente por uma ocupação, depois de algum tempo de procura em vão, seja ela qual for. Defrontamo-nos, então, com uma situação paradoxal: a única sociedade respeitável, a baseada no trabalho, na forma de emprego, é inacessível para milhões de pessoas.

O questionamento apresentado por Viviane Forrester é se é justo ou racional ou admissível aceitar que as pessoas passem as horas de seus dias, durante meses e até anos tentando encontrar um emprego – qualquer ocupação – para se sentirem dignas de serem aceitas por si mesmas e pela sociedade, que, por sua vez, vive em torno de parâmetros já inexistentes. Para a autora, a situação se assemelha a uma luta que é travada contra um inimigo ausente que só deixou seu fantasma para representá-lo.

- **As potências econômicas e os poderes políticos**

No entanto, esta lógica perversa é estimulada pela economia privada – que é absolutamente poderosa e que submete os governos de todos os países – na medida em que tal situação lhe é cômoda, permitindo que os seus princípios não sejam questionados e que suas conseqüências sejam encaradas simplesmente como fatalidades. Tal economia ativa o fim de uma era da civilização, a do modelo baseado no trabalho, mas procura ao mesmo tempo camuflar o naufrágio, colocando-o “na conta de ‘crises temporárias’ a fim de que passe despercebida uma nova forma de civilização que já desponta, em que só uma pequena porcentagem da população encontrará funções” (p. 31). Haveria, então, a necessidade de uma gestão lúcida que oferecesse lugar a todos e que parasse de enterrar vivos os que dependem de um “sistema falecido”.

A autora faz duras críticas aos governos que formulam suas políticas de acordo com um modelo ultrapassado, resultando em “migalhas” para os trabalhadores. Assim, obtêm-se falsas soluções que acabam por promover o bom funcionamento da economia em detrimento do bem-estar da sociedade. Tais políticas agraciam as grandes empresas com fartas subvenções e isenções de taxas, esperando que elas cumpram a promessa de criação de empregos. Entretanto, elas, mesmo quando lucrativas, os criam em quantidades ínfimas, ao passo que continuam demitindo em massa, já que o trabalho é cada vez menos necessário para os fins de tais empresas. Os poderes políticos como que as encarregam de um fardo moral, para o qual não têm vocação, quando deveriam se incumbir de obrigá-las a cumprirem sua promessa.

Forrester parte do princípio de que a prosperidade destas empresas não implica na da sociedade e se pergunta: “em nome de quê o país inteiro e outros países, e os partidos de esquerda em primeiro lugar acreditaram, e ainda acreditam,

que a prosperidade da empresa seria equivalente à da sociedade, que o crescimento criaria empregos” (p. 83), quando sempre foi previsível que não os criaria, ao menos em grandes proporções. Considera necessário entender que a economia não atende às necessidades sociais, e se mostra indignada frente ao que chama de bajulação às multinacionais. “Todos são convidados a elevar (...) olhares humildes de vermes terrestres fascinados” (p. 49).

Agindo em harmonia com as potências econômicas privadas, as organizações mundiais que detêm um poder significativo sobre a economia planetária, tais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e OCDE, assumem, segundo observa a autora, um discurso de ofensiva ao modelo europeu, ao seu Estado-providência, e pregam a desregulamentação dos mercados de trabalho. Os lugares nos quais a condição humana ainda é levada em consideração, mesmo que “tibiamente”, são desaprovados por tais organismos, que parecem estar mais de acordo com os modelos de ação ao desemprego nos Estados Unidos, onde há criação de empregos, sendo estes, no entanto, principalmente atividades de serviços mal remuneradas e precárias. Neste país o sistema de proteção social não confere segurança ao desempregado, que é obrigado a estar disponível a qualquer ocupação a fim de não “perecer na miséria” – o seguro desemprego dura no máximo seis meses e não existe nenhum outro auxílio social. Esta insegurança propicia a redução de custos salariais e todo um “cortejo de humilhações”.

Dentro deste cenário, a miséria tenderia a se mundializar, por exemplo através das locomoções geográficas. As empresas não hesitam em emigrar para lugares onde há ausência de qualquer proteção social, baixos salários e generosos incentivos fiscais, pois “o trabalho pode não custar nada quando se sabe viajar” (p.101). Observando que a miséria já se espalha mesmo em cidades sofisticadas como Paris, a autora nota a tendência de empobrecimento da população dos países ricos ao constatar que nestes o contingente de pobres tem se ampliado.

• A indiferença e o abandono

É por meio de uma linguagem poética, de uso constante neste seu trabalho, que a autora constrói uma imagem comovente das vidas que considera miseráveis: “não há pior horror que o fim de si próprio quando ocorre bem antes da morte e se deve arrastar enquanto vivo” (p. 37). Ao mesmo tempo, não deixa de alertar contra a resignação destes excluídos – “tudo se petrificou na resignação” – dizendo ser necessário romper com o círculo que leva do desemprego à angústia, à procura incessante por uma ocupação, à frustração, à prostração, à submissão e, daí, à permanência do desemprego ou de ocupações que rebaixam a dignidade dessas pessoas.

Para sair de tal círculo, a solução apontada – ainda que na forma de um ideal – seria o rompimento com a apatia e resignação reinantes, ao lado de políticas condizentes com a real situação, que visassem melhorias reais e não apenas paliativas. Para tanto seria preciso avaliar a realidade da situação dada e agir no

sentido de tentar mudar os parâmetros da sociedade. Seria, sobretudo, necessário começar a protestar e a ter coragem para fazê-lo, pois tal desinteresse, traduzido em resignação, põe toda a sociedade em perigo frente a algo que é dado como inevitável: a exclusão. Essas soluções dependem de atitudes práticas – as quais, no entanto, a autora não especifica – que devem estar permeadas, principalmente, pela **ética**.

No entanto, a opressão econômica passa a ditar como, quando e o que fazer, chantageando os indivíduos através de estratégias silenciosas e eficazes com vistas à obtenção do desinteresse geral e do domínio da vida das pessoas. Em plena democracia o que se observa é a “rejeição inexorável daqueles que não são mais necessários (...) a uma economia de mercado” sendo que “a violência arrogante e desenvolta que estes marginalizados são obrigados a suportar, (...) a passividade de todos – incluindo a deles próprios – diante do aumento da desgraça poderiam ser de desvios sem limites...” (p. 137).

Na mesma direção de André Gorz, Forrester entende que a revolução provocada pelo avanço da tecnologia poderia ser um caminho bem vindo para a diminuição e, até mesmo, abolição planejadas do trabalho. Entretanto, Forrester afirma que tal revolução vem sendo conduzida de forma a suscitar a rarefação do trabalho sem que a obrigação de trabalhar tenha sido suprimida ou modificada. Assim, em vez de abrir caminho para um declínio pacífico e planejado do labor – que poderia significar uma liberação do tempo favorável a todos – deteriora o tempo das pessoas, relegando-as à condição de “procuradoras de empregos” e conduzindo-as à pauperização e à humilhação.

Uma das maneiras possíveis de oferecer a esses marginalizados “uma cultura que desse sentido à sua presença no mundo” (p. 80), segundo Forrester, seria por meio do ensino, que teria por meta preparar as novas gerações para um modo de vida que não passasse mais pelo emprego. Entretanto, assiste-se a um esforço no sentido de manter a “impostura geral” em curso, perpetuando-se, assim, o que a autora considera “a violência da calma” que, por sua vez, permite o desencadeamento de todas as outras violências.

Considerações finais

A obra de Viviane Forrester ataca o neoliberalismo e tenta mostrar que a economia não supre as necessidades sociais vigentes; que o trabalho está desaparecendo, sem que a sociedade, por sua vez, deixe de se organizar em torno dele. Tal paradoxo tem propiciado a expansão da miséria em escala mundial, não preservando sequer os chamados países ricos.

Forrester procura fazer com que a situação geral desse novo momento da economia, e de seus elementos, seja melhor compreendida por pessoas comuns. Assim, busca destrinchar os conceitos que envolvem o trabalho e o desemprego, como globalização, desregulamentação e neoliberalismo, dando conta, ao mesmo tempo, do quadro da economia atual, fazendo-se compreender inclusive por quem sofre suas conseqüências.

Uma das críticas que pode ser feita ao livro consiste no fato de que a autora não considera que existem casos que parecem fugir ao seu esquema, como os do Japão e da Holanda, países que conseguem, por meio de suas escolhas políticas, manter baixas as taxas de desemprego sem maiores prejuízos aos trabalhadores. No caso da Holanda, as reformas políticas permitiram que a taxa de desemprego diminuísse pela metade desde 1983, sem que fosse necessário sacrificar o objetivo nacional de redistribuição de renda (*The Economist*, 5 Apr. 1997). Se isto é verdade, então não é verdade que o trabalho, na forma de emprego, esteja condenado em todo o mundo como afirma Forrester.

Existem os que acreditam que a saída para a atual situação ainda se apóia no compromisso do pleno emprego; que a economia global e a tecnologia não tornaram o trabalho obsoleto (os editores do *Economic and Industrial Democracy* – Feb. 1997 – por exemplo, afirmam, em um artigo introdutório, que o pleno emprego ainda é necessário e acessível mediante estratégias econômicas e políticas, em nível nacional e internacional, acompanhadas do empenho e ações dos intelectuais). Trata-se de uma ideologia que, na visão de Forrester, apenas serviria para perpetuar o engodo ao qual se refere, embora não pareça ser preocupação da autora dar conta de todo o rigor e nuances que envolvem o tema. Trata-se mais de um livro enfático, com objetivos políticos e ideológicos.

Os recursos dos quais a autora se utiliza para tentar atingir seu objetivo são inovadores para o tema, que, apesar de sociológico, recebe um tratamento que se aproxima do literário na linguagem e no formato. Ela emprega recursos da retórica, marcadamente de ironias e construções enfáticas, a fim de que a leitura deixe seqüelas no leitor. E, na medida em que suscita inquietações, podemos dizer que o livro é bem-sucedido.